



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO-
FADECAM
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE EM
CIÊNCIAS NATURAIS**

THAYRES ANDRÉ FERREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INTERFACE DO ENSINO
ENTRE CAMPO E CIDADE, UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO
ARUMANDUBA.**

**ABAETETUBA
2019**

THAYRES ANDRÉ FERREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INTERFACE DO ENSINO
ENTRE CAMPO E CIDADE, UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO
ARUMANDUBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo– FADECAM da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Baixo Tocantins, como requisito final para obtenção do grau de Licenciada Plena em Educação do Campo, sobre orientação da Prof^a. Dr^aa. Deusa Maria de Sousa.

**ABAETETUBA
2019**

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INTERFACE DO ENSINO ENTRE CAMPO E CIDADE, UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO ARUMANDUBA.

RESUMO

A presente pesquisa se pauta em analisar como se dá o processo educacional na Escola Nossa Senhora da Paz, objetivando compreender e demonstrar a pertinência social e acadêmica da pesquisa ao desvelar os fatores que podem ser um dos determinantes para contribuir para o índice de migração dos alunos das escolas do campo para escolas urbanas. O estudo de caso apresentado nesta pesquisa se deu por meio de entrevistas de professores, alunos e ex-alunos da referida escola, localizada na zona rural do município de Abaetetuba. As contribuições de Hage (2005), Molina (2017), Arroyo (2007) e Freire (2005), entre outros autores, foram fundamentais para as discussões acerca da educação no campo com um currículo educacional que promova o próprio indivíduo. Diante das devidas reflexões, consideramos que a permanência e um futuro educacional na zona rural dependem de melhorias no sistema como um todo, visando, dessa forma que os alunos dessas localidades não precisem recorrer às escolas urbanas para terem seu direito à educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação no campo. Direitos. Ensino. Docência.

RESUMEN:

La presente investigación se basa en analizar cómo se lleva a cabo el proceso educativo en la escuela Nossa Senhora da Paz, con el objetivo de comprender y demostrar la relevancia social y académica de la investigación al revelar los factores que pueden ser uno de los determinantes para contribuir a la tasa de migración de los estudiantes de las escuelas del campo a las escuelas urbanas. El estudio de caso presentado en este estudio se realizó a través de entrevistas a maestros, estudiantes y ex alumnos de esta escuela, ubicada en la zona rural del municipio de Abaetetuba. Las contribuciones de Hage (2005), Molina (2017), Arroyo (2007) y Freire (2005), entre otros autores, fueron fundamentales para las discusiones sobre educación en el campo con un currículo educativo que promueve al individuo. Ante la debida consideración, consideramos que la permanencia y el futuro educativo en el área rural dependen de las mejoras en el

sistema en su conjunto, de modo que los estudiantes de estas localidades no tengan que recurrir a las escuelas urbanas para tener su derecho a una educación de calidad.

Palavras-chave: Educación en el campo. Los derechos. La enseñanza.

THAYRES ANDRÉ FERREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INTERFACE DO
ENSINO ENTRE CAMPO E CIDADE, UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO
ARUMANDUBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo– FADECAM da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Baixo Tocantins, como requisito final para obtenção do grau de Licenciada Plena em Educação do Campo, sobre orientação da Prof^a. Dr^a. Deusa Maria de Sousa.

Data de Defesa: 08/07/2019

Resultado: Excelente

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Deusa Maria De Sousa
Orientadora – UFPA

Prof^a. Dr^a Lucielma Lobato Silva
EXAMINADOR 01

Prof^o. Me. Laércio Farias da Costa
EXAMINADOR 02

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I.....	9
1.O papel dos movimentos sociais na luta pela Educação do Campo: conquistas e perspectivas em curso.....	9
CAPÍTULO II.....	17
2.A formação histórica e Social da Comunidade Arumanduba: revisitando a história.....	17
2.1 As lutas e conquistas dos Movimentos Sociais na Comunidade do Rio Arumanduba.....	19
CAPÍTULO III.....	27
3.Sistematização das vozes dos sujeitos pelo viés metodológico	27
3.1 O caminhar metodológico	27
3.2 Narrativas dos Professores, alunos e ex-alunos da Escola Nossa Senhora da Paz.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS:	39
Lista de Entrevistados:.....	41

INTRODUÇÃO

Atualmente, inúmeras pesquisas acerca da prática docente têm buscado rever os métodos tradicionais que ainda se fazem presentes no âmbito educacional, tais pesquisadores defendem metodologias que desenvolvam o saber fazer e as capacidades de realização e de criação (FREIRE, 2005). No entanto, sabemos que efetivar essas mudanças tanto nas escolas quanto na atuação do professor não é uma tarefa simples, é necessário que sejam revistos, dentre outras questões, a qualificação, bem como o planejamento das atividades, almejando que estas estejam de acordo com a realidade na qual o profissional de educação está inserido.

Decerto, a adequação da prática ao meio é de suma importância, visto que o trabalho realizado deve estar de acordo com a vivência dos alunos para que estes possam progredir em suas aprendizagens, uma vez que o professor, consciente de que condutas diversas podem estar vinculadas ao desenvolvimento de uma mesma capacidade, tem diante de si maiores possibilidades de atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 1997). Desse modo, é imprescindível, dada a heterogeneidade existente no país, que os conteúdos levem em consideração as características sociais, culturais e econômicas.

Nesse sentido e de acordo com a **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, é reconhecido o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira (BRASIL, 2002), assim, fica claro que o trabalho educacional realizado nas escolas camponesas deve estar vinculado às questões inerentes à realidade local.

Além disso, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no ano de 2018, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil instituições de educação básica brasileiras, o percentual de matrículas na zona rural foi equivalente a 11,3%, ou seja, mais de 1,6 milhão de alunos frequentaram escolas camponesas no último ano, no entanto, mesmo diante das grandes mobilizações pela educação, o ensino rural ainda tem recebido menos atenção por parte do Estado.

A falta de investimento no setor educacional dificulta o desenvolvimento do campo. Em todo o país são inúmeras as dificuldades que esta modalidade de ensino apresenta, na região

amazônica, mesmo com a execução de programas que ampliam a educação superior, é muito comum a existência de localidades em que as práticas educacionais desenvolvidas ainda estejam atreladas ao ensino tradicional, uma vez que muitos desses educadores não possuem a formação adequada para atuar em sala de aula.

Sabemos que na prática o ensino oferecido em muitas escolas do campo difere muito da teoria que visa à valorização da vida nessas localidades, primando por uma identidade própria, na qual é utilizado material didático voltado para a realidade rural, gerando assim o desenvolvimento da comunidade. Nesse sentido, o curso superior em Educação do Campo, tem objetivado formar profissionais que estejam aptos a trabalhar respeitando as especificidades do ensino, bem como a adequação do currículo ao contexto rural.

Como ex-aluna da escola Nossa Senhora da Paz, entendo as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar e o quanto os métodos de ensino precisam ser adequados para que algumas dessas especificidades sejam superadas. Além disso, durante o estágio três realizado na referida escola foi perceptível que mesmo depois de muitos anos, a escola ainda apresenta as mesmas problemáticas. Entre essas dificuldades está a falta de infraestrutura, pois a escola não possui prédio próprio, e vem funcionando em um barracão alugado da comunidade; o quadro incompleto de professores, somado a falta de formação adequada desses profissionais para trabalhar no campo, isto é, professores que não conheçam a realidade dos alunos ribeirinhos, é outra questão que se faz muito presente na escola supracitada, pois são professores que vão da cidade sede, o que atrapalha no horário de aula que é reduzido. Decerto, as dificuldades enfrentadas comprometeram meus estudos assim como vêm comprometendo os de outros alunos, interferindo no desenvolvimento educacional, bem como no futuro profissional. Assim, enquanto ex-aluna e futura profissional da educação me preocupo com o real desenvolvimento dessa comunidade escolar.

Desse modo, compreendendo que é imprescindível pensar a educação do campo a partir de uma perspectiva dialógica, intercultural e considerando também as complexidades sociais e adversidades que a permeiam. É importante ressaltar que nos propusemos a analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores, pelos alunos e no âmbito estrutural da escola e em relação ao currículo, para que assim, possamos entender como se dá o processo educacional na Escola Nossa Senhora da Paz, objetivando compreender e demonstrar a pertinência social e acadêmica da pesquisa ao desvelar os fatores que podem ser determinantes para o índice de migração dos alunos das escolas do campo para escolas urbanas, além disso, as narrativas sobre os desafios enfrentados pelo corpo docente da referida escola podem possibilitar a

autorreflexão do fazer docente, permitindo a ressignificação e aprimoramento da práxis pedagógica.

O estudo de caso, método utilizado nesta pesquisa, o qual, segundo Yin (2001), possibilita a definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados e composição e apresentação dos resultados (YIN, 2001, p. 11), se deu no âmbito da Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Paz, localizada na Ilha Arumanduba, pertencente ao município de Abaetetuba. Tal pesquisa fora realizada por meio de entrevistas de professores, alunos e ex-alunos da referida escola.

As contribuições de Hage (2005), Molina (2017), Arroyo (2007) e Freire (2005), entre outros autores, os quais foram fundamentais para as discussões acerca da educação no campo como um direito dos povos residentes em tais localidades, bem como a importância de um currículo educacional que promova o próprio indivíduo.

Assim sendo, no primeiro capítulo é feito um breve histórico sobre o desenvolvimento e luta da educação do campo no Brasil. Posteriormente, no segundo capítulo é constituído por uma apresentação da comunidade do Rio Arumanduba, onde está localizada a escola Nossa Senhora da Paz, locus desta pesquisa. Ao final, o terceiro capítulo pautou-se nos relatos dos professores, alunos e ex-alunos da referida escola.

CAPÍTULO I

1. O papel dos movimentos sociais na luta pela Educação do Campo: conquistas e perspectivas em curso

Muito antes da chamada Revolução Verde e da criação da Lei de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, houve uma longa história de luta pela conquista do direito da educação na zona rural no território brasileiro¹, no entanto, nos ateremos a estes dois momentos para fazermos uma retrospectiva de como se deu esse processo, posteriormente analisaremos suas repercussões nos dias atuais.

A Revolução Verde foi um processo de modernização do Campo, por meio da ampliação do uso de tecnologia, que teve início durante a Segunda Guerra Mundial e com o término da guerra, as indústrias químicas que abasteciam o setor bélico norte-americano passou a investir no setor agrícola, visando a reprodução do capital:

Surgiram do grande capital imperialista monopolista do pós-guerra mundial. Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockefeller, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 45 apud ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 17).

Assim se deu a base da Revolução Verde, dando início à produção de agrotóxicos, bem como a construção maquinário para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita. No Brasil tal processo se deu no período do Regime Militar, no qual foram instituídas agências de fomento e pesquisa. Entre as agências abertas nesse período está a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), fundada em 1973. A partir da tomada dessas medidas, o setor passou por um grande desenvolvimento, tanto na produção quanto na geração de empregos, entretanto acelerou a degradação

¹ A origem da concepção de educação rural no Brasil, com a Proclamação da República 1889. Ver PASSADOR (2006).

No histórico da legalidade educacional, um dos primeiros tratamentos de maior abrangência ocorreu na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova. Ver PINHEIRO (2007).

As Constituições de 1947 e 1967 instituem que a educação rural é de responsabilidade de empresas privadas. Ver PINHEIRO (2007).

ambiental e causou um alargamento profundo no processo de exclusão social no campo. Assim sendo, de acordo com Wanderley (2009), ao analisar os resultados:

[...] menos pelo que introduziu de moderno e mais que reproduziu das formas tradicionais de dominação, o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade. Este processo não revolucionou, como ocorreu em outras situações históricas, a estrutura fundiária e, conseqüentemente, nem o predomínio político que ela produz fato que permanece como um elemento estruturante do mundo rural. (WANDERLEY, 2009, p. 37).

Diante deste contexto, aos movimentos que vinham se organizando no campo contra o currículo da educação rural, visto que esse modelo educacional visava apenas atender às necessidades do capital, desse modo, a luta era em prol de novas alternativas para os problemas que estavam enfrentando, uma vez que,

Apesar das novas legislações, a educação rural continuava muito fragilizada e a serviço do capital financeiro. Dentre os fatores a serem destacados, a inobservância da realidade escolar, onde as escolas estavam inseridas e também as intransigentes políticas públicas que acabavam se tornando programas sem continuidade, ações dispersas e com caráter apenas emergencial. (BARROS e LIHTNOV, 2016, p. 29-30).

Essa situação manteve-se até o fim do Regime Militar. Em 1988, três anos após o país passar a ser governado por um presidente civil, com a promulgação da Nova Constituição e o processo de redemocratização. Diante desse contexto, visando evitar o êxodo rural e fixar o povo no campo, iniciam-se os debates para implementação de um novo modelo educacional, junto as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Constituições Estaduais. Mesmo o texto apresentando melhorias no setor educacional, o ensino rural não é mencionado. Apenas a partir da década de 1990, com a atuação dos movimentos sociais², inicia-se uma mudança para melhorias na educação do campo.

Apesar de o país estar passando por um processo de redemocratização, o sistema educacional brasileiro ainda estava muito ligado aos valores do mercado. Tais valores foram apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, na qual o governo explicitou o condicionamento da organização curricular única mediada pelo Estado (MOLINA, 2017). Diante disso, buscando defender suas pautas e

A fim de promover as mudanças necessárias à educação rural, os movimentos sociais articulados com os sindicatos e alguns setores da igreja católica passaram a se organizar buscando garantir a efetivação de algumas mudanças para o campo. (BARROS e LIHTNOV, 2016, p. 31).

² Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros.

Mediante as articulações desses setores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, passou modificações, sendo inserido o Artigo 28, o qual apresenta mudanças no currículo da educação básica rural.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Anos mais tarde, ainda em decorrência das demandas alcançadas por meio das lutas dos movimentos sociais. No ano de 2002, como já citado anteriormente, o modo de vida do rural foi reconhecido e passou a fazer parte do currículo da educação do campo, tendo como documento base as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A versão mais recente desse documento é de 2008 quando o texto passou por mudanças sendo criada a resolução nº 2 que, assim como a anterior, visa estabelecer as diretrizes e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica do Campo.

§ 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições.

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

Tanto a resolução de 2002 quanto a de 2008 estabelecem que as propostas pedagógicas das escolas do campo devem respeitar as diferenças e o direito à igualdade, contemplando a diversidade do campo nos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Colocar essas questões em prática não é uma tarefa fácil, sendo necessário que toda a comunidade escolar trabalhe a favor dessas mudanças.

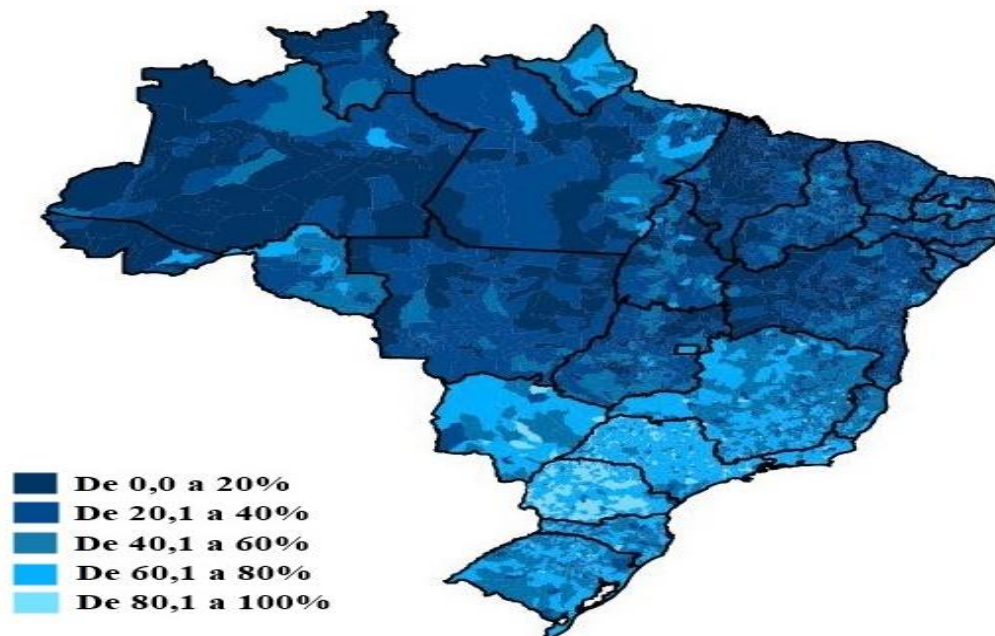
Uma das conquistas obtidas por meio das articulações dos movimentos sociais é o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) com o objetivo de atender à necessidade de um sistema específico de formação de educadores, tal conquista apresenta-se como um dos mecanismos de ação contra a hegemonia presente no modelo escolar neoliberal e contribui na aplicação por novas propostas para a educação no campo, desse modo, pois de acordo com Molina (2017)

Assume explicitamente em seu projeto político pedagógico original que sua lógica formativa se baseia na imprescindível necessidade de superação da sociabilidade gerada pela sociedade capitalista, cujo fundamento organizacional é a exploração do homem pelo homem, a geração incessante de lucro e a extração permanente de mais-valia. (MOLINA, 2017, p. 592).

O projeto teve início em 2007, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), tendo sido implementado em quatro universidades federais e *a priori* era voltado exclusivamente para a formação continuada de professores que já atuavam no campo. Após alguns anos sendo avaliado em 2012 o projeto passou a fazer parte da grade de cursos de instituições em todo o país, com turmas únicas formadas por pessoas oriundas da zona rural.

Sem dúvidas, a oferta de vagas em um curso de educação superior voltado exclusivamente ao ensino do campo é de suma importância, uma vez que segundo dados do Censo Escolar de 2018, o percentual de professores que estão atuando sem formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina nos anos finais do ensino fundamental é um fator bastante comum no Brasil.

Figura 1 - Percentual de adequação entre a formação inicial do docente e a disciplina que leciona nos anos finais do ensino fundamental.



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP. Acessado em 10 de abril de 2019.

De acordo com o resultado dessa pesquisa, de forma geral, as regiões Norte, Nordeste e grande parte da região Centroeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas

por professores com formação adequada, o que afeta diretamente na qualidade do ensino oferecido nas instituições dessas regiões.

Diante desse contexto, faz-se necessário reconhecer que todos os programas que visam ampliar e dar qualidade ao ensino rural brasileiro foram conquistados em decorrência da luta de classes no campo, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que lutaram e lutam em prol de um currículo educacional que respeite as vivências e experiências próprias do campo. Assim, de acordo com Molina (2017):

Essas Licenciaturas têm uma marca constitutiva fundamental, que é o fato de já terem sido projetadas assumindo uma posição de classe, rompendo tradicionais paradigmas que afirmam a possibilidade da neutralidade da produção do conhecimento científico e das políticas educacionais. As LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do polo do trabalho, assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social. (MOLINA, 2017, p. 590).

Assim, rompendo com os paradigmas tradicionais, a formação em LEdoC, busca também preparar profissionais aptos a atuarem a partir das áreas de conhecimento, na gestão de processos educativos escolares e de processos educativos comunitários

Os cursos objetivam preparar educadores para, além da docência, atuarem na gestão de processos educativos escolares e comunitários. Ao se pretender que as escolas do campo estejam aptas a contribuir para a formação de jovens com capacidade de compreender a complexidade do que ocorre no campo brasileiro na atualidade, é necessário formar educadores que atuarão ali e que sejam também capazes de entender criticamente esses processos e sobre eles intervir. (MOLINA, 2017, p. 595).

Desse modo, o curso vem possibilitando o debate e a reflexão sobre o currículo campesino visando que este seja construído na concepção e na prática das políticas de formação de educadores, respeitando as especificidades dos sujeitos, bem como os preparando para as adversidades que podem vir a surgir no espaço de trabalho, exigindo ainda mais a necessidade de adequações para que este esteja realmente de acordo com os conteúdos e dimensões da formação humana e adequada ao contexto social, não baseados apenas na noção de competências correlatas à avaliação acadêmica.

Tal debate, como já citado aqui, tem sido contra o modelo hegemônico e excludente, pois decerto, “o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos” Apple (1992), mas sim resultado de conflitos que perpassam pelos mais diversos âmbitos, incluindo os ideológicos. Desse modo, entendemos a necessidade de que as mudanças sociais ocorridas na contemporaneidade devem ser debatidas, incluídas e trabalhadas no currículo educacional. A reformulação desse currículo tem sido o objetivo dos autores que questionam a eficácia dos

conteúdos e metodologias empregadas no âmbito escolar, visto que os modelos tradicionais não podem mais suprir as demandas atuais.

Relações constituídas no âmbito da modernidade/colonialidade ainda se encontram presentes em nossa sociedade atual. Assim sendo, alguns grupos buscam construir um pensamento crítico com base nas perspectivas de membros subalternizados/as na modernidade, procurando elaborar um projeto teórico centrado na crítica e na transdisciplinaridade, que se evidencie como força política contraposta às tendências acadêmicas dominantes, de construção do conhecimento histórico e social, que insistem em preservar um cunho eurocêntrico. (MOREIRA; JUNIOR, 2016 apud OLIVEIRA, 2010).

De certo, existe uma hierarquia no modelo educacional vigente, buscar diminuir essa verticalidade instituída há séculos não tem sido e não será uma tarefa fácil, uma vez que está tão enraizada em nossa cultura por ter sido o modelo de ensino com o qual convivemos e ao qual nos adequamos que corremos o risco de praticá-lo com certa naturalidade. Para Freire (2005) esse modelo de ensino está centrado na concepção de uma educação “bancária”, na qual

O educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 2005, p. 33).

Mesmo essas práticas sendo condizentes com o modelo tradicional de educação, o qual já fora comprovado não ser o mais adequado, muitos professores ainda atuam dessa forma nas escolas urbanas e rurais, movidos pela concepção que poderão manter o padrão de comportamento e desenvolvimento adequados.

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. (FREIRE, 2005, p. 33).

Para Freire, essa prática atende aos interesses da classe dominante, uma vez que não é dada ao aluno a possibilidade de refletir e se expressar, o que faz com que este não exercite sua criticidade, deste modo, podendo aceitar tudo o que lhe é imposto, inclusive a retirada de seus direitos. Cientes desta situação, os movimentos sociais tem buscado rever o currículo do campo, para que este não esteja atrelado a metodologias excludentes.

Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade.

Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar. Há bases teóricas profundas, inspiradas nas concepções da teoria pedagógica mais sólida, nesses vínculos que os movimentos sociais do campo defendem entre direito à educação, à cultura, à identidade e ao território. Dimensões esquecidas e que os movimentos sociais recuperam, enriquecendo, assim, a teoria pedagógica; abrindo novos horizontes às políticas de formação de educadores. Formação colada ao território, a terra, à cultura e tradição do campo. (ARROYO, 2007, p. 163).

Assim, entendemos que a importância dos debates a cerca de um currículo que desenvolva uma nova lógica, possibilitando o acesso a conhecimentos que são centrais para a construção dos sujeitos e a compreensão da realidade, que resgate saberes silenciados e questione a educação e sociedade atuais, acentuando que as comunidades e os povos subalternizados são capazes de elaborar e defender projetos de reconstrução social. (MOREIRA e JUNIOR, 2016, p. 50).

Desse modo, fica claro que o debate não se pauta apenas nos métodos empregados, mas também nos conteúdos, pretendendo que estejam de acordo com o contexto educacional, visto que a compreensão da especificidade desses vínculos entre território, terra, lugar, escola, é um dos componentes da especificidade da formação de educadoras e educadores do campo. (ARROYO, 2007, p. 163).

Os estudos que ocorrem tanto nos cursos de graduação quanto em encontros e oficinas, referentes às novas teorias educacionais não são a solução para o problema da inadequação do currículo escolar, mas têm trazido contribuições fundamentais, para se refletir e ressignificar a formação de educadores do campo. De acordo com Arroyo (2007), tais experiências

Fornecem indagações instigantes para superar estilos ultrapassados e para interrogar os currículos, as políticas e as concepções de formação de profissionais da educação básica. Uma contribuição para o pensamento educacional que merece ser olhada com atenção e incorporada na formulação de políticas públicas. (ARROYO, 2007, p. 175).

Desse modo, as correntes pós-modernas tem sido analisadas e discutidas, uma vez que podem “oferecer um potencial para questionamentos radicais das concepções pedagógicas tradicionais e para a formulação de propostas curriculares pautadas pela intenção de resistir ao *status quo*” (MOREIRA, 2010, p.108), assim, contribuindo para a resistência contra-hegemônica.

Uma das teorias que se destaca atualmente é a crítica, que visa não permitir a reprodução constante da dominação, problematizando e apresentando propostas de reorganização social, que para Foucault (1990, p. 2) corresponde a “uma certa relação com o que existe, com o que se sabe, o que se faz, uma relação com a sociedade, com a cultura, uma

relação com os outros também, e que se poderia chamar, digamos, de atitude crítica”. Assim, essa teoria trabalha questões sociais de forma ampla, visando encontrar a veracidade dos fatos. Ainda de acordo com o Foucault (1990):

Se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (FOUCAULT, 1990, p. 5).

Ao tomar conhecimento dessa verdade, os sujeitos tendem a não aceita-la como é, no entanto, sabemos que “a sociedade não muda na sua totalidade de uma só vez e pretender substituir o tradicional pelo crítico é algo que exige desconstruir as linguagens de poder e de identidade, como o faz a teoria pós-crítica” (PACHECO e SOUZA, 2016, p. 70-71), esta por sua vez tratará das questões particulares dos indivíduos e ainda que divirjam em seus conceitos, tanto a teoria crítica quanto a pós-crítica, possuem uma base categorial, pois defendem um projeto humanista para a educação e contestam o currículo definido a partir de padrões de resultados.

Para Pinar (2015, p. 110) apud Pacheco e Souza, (2016, p. 72):

O Currículo é uma conversação complexa. Estruturado por diretrizes, focadas por objetivos sobre determinados por resultados, o currículo escolar luta para manter o diálogo. Essa conversação – esforço para compreender através da comunicação entre alunos e professores, indivíduos efetivamente presentes em certos lugares e em certos dias, simultaneamente particulares e públicos (PINAR 2015, p. 110 apud PACHECO e SOUZA, 2016, p. 72).

Esse diálogo deve ser estabelecido com as demais esferas da comunidade, principalmente com aqueles que anseiam por melhorias, e de acordo com Freire (2005), tal diálogo deve ser crítico e libertador, tendo como interlocutores os oprimidos, uma vez que qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação, esta não pode estar no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles, uma vez que a emancipação ocorre se dá no coletivo.

CAPÍTULO II

2. A formação histórica e Social da Comunidade Arumanduba: revisitando a história.

O presente capítulo visou trazer à tona como se deu o processo de formação e organização da comunidade Arumanduba, além disso, salienta-se também a constituição e consolidação dos movimentos sociais que se envidam na luta pela garantia de direitos e que passam a ter maior ascensão à estruturação a partir da teologia da libertação que será explicitada no decorrer do estudo.

Diante disso, a referida pesquisa tem como lócus uma comunidade localizada na zona rural do município de Abaetetuba, que pertence ao estado do Pará e é constituído por dois distritos: Abaetetuba (7ª cidade-pólo mais populosa do estado) e a Vila de Beja. O município localiza-se na Região Amazônica, na microrregião de Cametá, no Baixo Tocantins, em um dos afluentes do Rio Tocantins, o rio Maratauíra. Possui uma população de aproximadamente 156.292 habitantes, segundo dados do censo de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 2 - Mapa Município de Abaetetuba.



Fonte: Google Maps,
Data de acesso: 14 de abril de 2019.

Analisando a figura 02 que diz respeito à localização cartográfica do município de Abaetetuba, podemos inferir que a maior parte do território do município é constituída pela

zona rural, configurada pelas estradas e em virtude da quantidade de ilhas, somam-se 72 no total.

Dentre as ilhas pertencentes ao município, está a Rio Arumanduba, onde moram cerca de 2.600 habitantes distribuídos em 244 famílias. A palavra “Arumanduba” é de origem indígena e resulta da junção das palavras: “aruman” espécie vegetal encontrado na região, muito utilizado na fabricação de paneiros, peneiras e outros apetrechos e “uba” que significa abundante. Situada na região central do arquipélago. Sua localização em relação à cidade de Abaetetuba fica basicamente em frente, sendo separada pela ilha Sirituba e a baía de Marapatá.

Figura 3 - Localização do Rio Arumanduba.



Fonte: Silva e Gonçalves (2010).

Na zona ribeirinha da Amazônia a relação do camponês-ribeirinho com a terra e com a água tem sido marcada de forma de uso bastante peculiar que, segundo (FRAXE et al., 2007, p. 58), advém do conhecimento sobre os ecossistemas de várzea e terra firme, do uso e manejo dos recursos naturais da região, este conhecimento foi adquirido por meio de um processo adaptativo que se renova no decorrer do seu cotidiano e é repassado através de gerações.

As populações tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo (FRAXE et al 2007, p. 94).

Apesar de manterem certas tradições, algumas práticas vêm sendo redefinidas para garantir a reprodução social e a permanência desse sujeito nessas áreas. A vivência e meio de subsistência dos moradores do rio Arumanduba, está atrelada ao que extraem do rio e da terra. Isso significa dizer que, embora os habitantes das margens do rio Arumanduba sejam obrigados a buscar outras fontes alternativas para sua reprodução social, dedicando-se a várias outras atividades, mas é, sobretudo, a partir do rio e de outras áreas rurais em terra, que se concentram os maiores esforços visando garantir o sustento de suas famílias.

Desse modo, na localidade, além de utilizarem os bens extraídos da natureza para consumo próprio, os moradores também se beneficiam destes para o comércio, a exemplo do cultivo do açaí que possibilitou a muitos moradores, a aquisição de bens com valor de uso determinante na garantia da subsistência como, por exemplo, o barco a motor que, entre outras utilidades, é utilizado pelo ribeirinho – pescador em sua condução até áreas mais distantes de sua residência.

A pesca é outra atividade permanente, esta representa caráter imprescindível para os moradores da comunidade de Arumanduba, pois na ausência de outros meios de vida, tem papel fundamental na garantia do sustento familiar. Com toda certeza, o modo de vida do caboclo amazônico está fortemente ligado ao uso dos rios, uma vez que possibilita a obtenção de recursos naturais para o provimento da subsistência, bem como é a principal via de transporte da localidade.

2.1 As lutas e conquistas dos Movimentos Sociais na Comunidade do Rio Arumanduba

A organização dos movimentos sociais na comunidade do rio Arumanduba ganhou força a partir da atuação da Comunidade Eclesial de Base (CEB), que por meio de sua forte ênfase na conscientização, incentivou a formação de movimentos populares como forma de organização e pressão junto às autoridades por melhorias e condições dignas de vida. De acordo com a coordenadora da comunidade, Maria de Paula Barreto³, a atuação da CEB foi fundamental para o desenvolvimento da comunidade.

Antes não tínhamos comunidade eclesial de base, nós dizíamos ser católicos, daquele católico que rezava ladainha em latim, a comunidade começou a se unir, se organizar, começou primeiro só com as celebrações ai depois fomos estudando e aprendendo que ser católico não é só rezar, mas sim ir em buscar de outras coisas, como escola, saúde (Maria de Paula Barreto, junho de 2019).

³ Entrevista com a Coordenadora da comunidade do Rio Arumanduba. Concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 30 de junho de 2019.

Desse modo, partindo da questão teológica do ser humano, com o desenvolvimento do *Cristianismo social*, o qual ganhou corpo nas pastorais operárias, assim como nas organizações políticas e humanitárias, havendo um envolvimento de variados indivíduos sendo esse o alicerce para a Teologia da Libertação (MENEZES-NETO, 2007), que a partir da década de 70, o município de Abaetetuba começou a dar os primeiros passos em relação os movimentos sociais. No Rio Arumanduba, segundo a coordenadora da comunidade, a orientação dos padres foi o que deu início ao processo de reivindicações por melhorias:

Foi através do primeiro padre José, ele é italiano, lutou pelo trabalho do povo, cria de peixe e de galinha ele que orientou para formarmos esses grupos ele nos orientou e nos acompanhava, daqui pra Abaetetuba e até pra Belém. Foram eles que nos deram a orientação, padre José, padre Lindoval, Dom Ângelo Frose, eles que nos acompanharam nessa luta.⁴

Nesse período, o país enfrentava crises econômicas e políticas advindas do regime militar. Diante dessa realidade, surge a Teologia de Libertação, que segundo Santos (2006)

Tinha como objetivos fundamentar, teologicamente, as lutas políticas e dar apoio às comunidades e, tinha como cunho combater algumas situações de necessidade da sociedade, como a pobreza, para isso, então, eram exigidos instrumentos teóricos que melhor ajudassem na interpretação da sociedade naquele momento.

Nesse sentido, foi a partir do incentivo e ação da igreja, e mediante os trabalhos populares que as comunidades das ilhas começaram a mudar e muitos são os resultados que hoje estão expressos também na comunidade do rio Arumanduba como as escolas Municipal e Estadual, bem como o Posto de saúde (figura 4)

Lutamos cinco anos para conseguir o posto de saúde, nós tínhamos apenas um agente de saúde, formamos novamente um conselho para que tivesse vez e voz aí, nós conseguimos um posto de saúde, e já conseguimos a saúde da família, chegamos ao ponto de ter medico de ter dentista, mas foi com muita luta e união do povo.⁵

A presença de postos de saúde nessas localidades é fundamental, uma vez que estão distantes dos centros urbanos, onde se encontra a maioria dos hospitais. Assim, segundo Hage (2005, p. 236):

A assistência médica, portanto, ao menos o posto médico, é imprescindível, tendo em vista as péssimas condições de vida da população, o desgaste físico proveniente do trabalho no campo que é desumano e carente de condições básicas como instrumentos, maquinários, etc., a pouca instrução das pessoas, entre outros fatores (HAGE, 2005, p. 236).

⁴ Entrevista com Maria de Paula, concedida à Thayres André, Aramanduba, junho de 2019.

⁵ Idem.

Figura 4 - Posto de saúde do Rio Arumanduba.



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro 2018.

Assim, a por meio das lutas populares, a comunidade conseguiu avançar e adquirir melhorias porque percebeu que mediante a atuação dos movimentos sociais e da união do povo, a luta ficava mais forte e, com isso, os resultados eram positivos, uma vez que houve muitas melhorias, a exemplo da saúde das crianças:

Nessa época formamos uma coordenação da comunidade e nessa mesma época formamos um grupo que ia em busca de melhorias pro rio, esse grupo era formado por dois representantes de cada categoria, dois da igreja católica, dois da igreja evangélica, dois das colônias e dois da CEB. Nosso esforço contribuiu para melhorar a vida da comunidade. Antes muitas crianças morriam aqui no rio com sarampo, morriam antes de um ano, vieram as irmãs chaveirinhas e formaram o grupo da pastoral da criança na comunidade, e com essa pastoral acabou a mortandade de crianças. Hoje não se vê quase crianças morrer.⁶

Hoje, a comunidade unificou as entidades existentes na localidade como: Colônia de pescadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associação de moradores, comunidade evangélica e comunidade católica, em um único grupo o qual se denominou “Conselho de Ações Comunitárias”.

⁶ Entrevista com Maria de Paula, concedida à Thayres André, Arumanduba, junho de 2019.

As condições e modalidades de ensino presente na comunidade: o caso das classes multisseriadas⁷. Atualmente o ensino no Rio Arumanduba enfrenta inúmeros problemas, mas a realidade atual é consideravelmente melhor do que há alguns anos, quando, segundo a coordenadora da comunidade, haviam apenas dois professores que sequer possuíam o ensino fundamental completo: Antes da CEB não tinha professores, era um professor na cabeceira e um na entrada do rio, a maioria das crianças não estudavam, pois não tinham condições de chegar na escola, esses dois professores também não eram qualificados eles tinham apenas até a 4ª série, a partir do momento que iniciou a comunidade eclesial de base, nos anos 70.⁸

Buscando mudanças, a coordenação da comunidade começou a refletir sobre a situação educacional, e se articulou para melhorar e ampliar o ensino na localidade, buscando apoio do município e do Estado.

Começamos aqui por Abaetetuba depois tínhamos que ir pra Belém até na SEDUC pra conseguir uns contratos de professores, e depois disso nosso sonho era que começasse a quinta série, existiu muitas dificuldades nos barravam, diziam que não tinha condição, só se a gente tivesse conselho escolar ai nesse momento formamos o conselho escolar fomos pra SEDUC ai nós conseguimos com muito sacrifício a implantação da quinta série com duas turmas, isso já nos anos 75, daí pra gente fomos levando com muita dificuldade, já pensando em qualificar os nossos professores, colocar os professores pra estudar.⁹

Após alguns anos desde o início das articulações, ainda segundo a atual coordenadora da comunidade, foram contratados mais professores para a comunidade, mas ainda sem prédio próprio, as aulas aconteciam nas casas dos professores ou em casas cedidas pelos moradores da localidade, todas com turmas multisseriadas, o que demonstra a união da comunidade, bem como o interesse em desenvolver o ensino na região. De acordo com Silva e Gonçalves (2010, p. 25), em 1983, com a permissão do coordenador da CEB da época, alguns professores passaram a lecionar no centro comunitário, tendo sido construído um prédio próprio para a escola, apenas dez anos depois por meio de articulação da comunidade com o prefeito da época.

Em 1993, na gestão do Prefeito Francisco Maués Carvalho, foi possível a construção do prédio próprio com 04 (quatro) salas de aula, 01 (uma) secretaria, 01(uma) mini biblioteca e 01 (uma) mini copa cozinha para o funcionamento da Escola, tendo sido nomeada de “Nossa Senhora da Paz”, nome este, recebido em homenagem a padroeira da localidade. Na gestão seguinte do prefeito Elzemar Paes (1996-2000), a escola foi ampliada, ganhando mais 03 (três) salas de aula, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) cozinha com espaço adequado, 01 (um) depósito de merenda e 01 (uma) casa de motor (SILVA e GONÇALVES, 2010, p. 25).

⁷ Classes multisseriadas oportunizam o apoio mútuo e a aprendizagem compartilhada, a partir da convivência mais próxima estabelecida entre estudantes de várias séries na mesma sala de aula (HAGE, 2005, p. 46)

⁸ Entrevista com Maria de Paula, concedida à Thaís André, Aramanduba, junho de 2019.

⁹ Idem.

Atualmente a Escola Nossa Senhora da Paz está localizada à margem esquerda do Rio Arumanduba, o prédio (figura 5) pertence à Prefeitura Municipal de Abaetetuba. Apesar de apresentar melhores condições estruturais, a escola ainda atua com algumas turmas multisséries no ensino fundamental menor, o que se dá, segundo justificativa da Secretaria de Educação do município, devido o fato de não haver alunos suficientes, pois de acordo com a Secretaria de Educação do município (SEMED), são necessários pelo menos vinte e dois alunos para formar uma turma. De acordo com Hage (2005):

Há posicionamentos que expressam insatisfação com relação à existência dessas escolas, considerando-as um “problema”, por causar prejuízos ao processo de aprendizagem. Em muitos casos, os sujeitos se referem a essas escolas como “um mal necessário” e estabelecem muitas comparações entre elas e as turmas seriadas, ao abordarem o ensino-aprendizagem que ofertam (HAGE, 2005, p. 46).

Figura 5 - Prédio do ensino fundamental menor.



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Assim, essa modalidade de ensino compromete a base educacional dos alunos da localidade. No entanto a necessidade de turmas multisseriadas é apenas uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos da localidade, uma vez que mesmo diante do desenvolvimento que a localidade vem passando, desde a fundação da escola, as turmas do ensino fundamental maior estudam em condições precárias, visto que as aulas são ministradas em um barracão alugado pela comunidade, com salas separadas por divisórias de compensado.

Figura 6 - barracão onde funciona o ensino fundamental maior.



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro 2018.

O barracão utilizado nas aulas do ensino fundamental maior é uma instalação de alvenaria (Figura 6), com uma estrutura improvisada para as aulas, bastante precária e desconfortável, sem segurança, sendo utilizadas estruturas de madeira para fazer a divisão das salas (Figura 7). Não possui estrutura mínima para a realização do trabalho pedagógico, bem como não disponibiliza de recursos básicos para as atividades educativas, tampouco ambientes como biblioteca, laboratório de informática, entre outros.

Figura 7 - Divisão das salas improvisadas no barracão da comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2019.

Figura 8: Organização da sala de aula no barracão.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2019.

No segundo semestre de 2018, iniciou-se a construção de novas salas (figura 8) que serão utilizadas pelos alunos do ensino fundamental maior, no entanto, a obra está parada, de acordo com a prefeitura, por falta de verbas.

Figura 9: Estrutura da construção das salas do ensino fundamental maior.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2019.

Atualmente, o quadro de funcionários é composto por um gestor, uma secretária e oito professores. De acordo com a secretária, Ângela Maria Quaresma¹⁰, “o quadro de professores está incompleto, faltando professores das disciplinas de geografia, história e artes, não tem previsão de contratação para esse ano”. Além disso, a escola depende dos rabeteiros¹¹ e merendeiras contratados pelo município, os quais acabam por realizar um trabalho voluntário, uma vez que o estado não repassa verba para essas despesas.

Desse modo, é evidente que após as muitas lutas em prol do desenvolvimento da educação no Rio Arumanduba, houve muitas melhorias, mas ainda assim são inúmeras as dificuldades atuais, relacionadas às questões estruturais e educacionais que comprometem o aprendizado dos alunos. Tais problemas estão diretamente ligados ao descaso do Estado com o ensino do campo, o que perpetua um sistema de dependência da população que se encontra a mercê de favores políticos para conseguir ter o mínimo de direitos garantidos, visto que as melhorias ocorrem gradualmente, dependendo da gestão da prefeitura.

¹⁰ Entrevista com uma professora efetiva do município, contratada pelo gestor da escola estadual para atuar como secretária. Concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 27 de junho de 2019.

¹¹ Pessoa que opera tipo de barco pequeno, com motor traseiro, próprio para navegação em águas rasas. No caso, funcionário o responsável pelo transporte dos alunos.

CAPÍTULO III

3. Sistematização das vozes dos sujeitos pelo viés metodológico

O referido capítulo traz contribuições bastante contundentes no que diz respeito a realidade que vem discutida no decorrer deste estudo mediante um percurso metodológico que permitiu analisar e compreender acerca do processo de ensino da escola Nossa Senhora da Paz, localizada no Rio Arumanduba.

3.1 O caminhar metodológico

Para levantamento das informações que serão analisados nessa seção, foram realizadas entrevistas nos meses de maio e junho do corrente ano, as quais foram registradas em áudio e mediadas por questionário elaborado por essa pesquisadora, semiestruturado com perguntas acerca da idade, local de nascimento e escolaridade, bem como a relação dos entrevistados com a educação do campo.

A entrevista com os professores e com os alunos da Escola Nossa Senhora da Paz se deu no prédio da referida escola, já a entrevista com as alunas das escolas urbanas ocorreu no porto enquanto as mesmas aguardavam o barco que faz o transporte dos alunos para voltar para suas casas. Visando preservar a identidade dos sujeitos, o chamarei de Professor de Matemática (41 anos), Professor de Ciências físicas e biológicas (C.F.B.) (48 anos), Aluna A, Aluna B, Aluno C e Aluno D.

3.2 Narrativas dos Professores, alunos e ex-alunos da Escola Nossa Senhora da Paz

Para entendermos mais sobre a atual realidade da educação no Rio Arumanduba, foram entrevistados dois professores que atuam no ensino fundamental maior da Escola Nossa Senhora da Paz, nas disciplinas de Matemática e Ciências Naturais. Para delinear a relação dos professores com suas comunidades de origem, perguntei onde nasceram, se residem nesse local e, se sim, há quanto tempo. O Professor de C.F.B.¹², nasceu e foi criado no Rio Arumanduba, porém há nove anos mora na cidade de Abaetetuba, já o Professor de Matemática mora em Abaetetuba desde que nasceu.

¹² Entrevista com professor CFB, concedida a Thayress André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

Quanto à vida acadêmica dos professores, perguntei-lhes sobre a formação atual e onde haviam estudado a educação básica, o Professor de Matemática¹³ não entrou em detalhes sobre sua formação inicial:

Professor de C.F.B.¹⁴: O ensino fundamental menor estudei na escola nossa senhora da paz Rio Arumanduba, o fundamental maior na escola São Francisco, o ensino médio na escola Pedro Teixeira, e a universidade no IFPA Abaetetuba, sou formado em Educação do Campo e tenho especialização em Biologia. **Professor de Matemática¹⁵:** Sou formado em matemática, pela Universidade Federal do Pará.

Sobre as boas e más experiências do cotidiano escolar, o professor de C.F.B. disse que “não foi fácil, pois tinha que vir do sitio todo dia e voltar, porem valeu a pena cada esforço.” Para o professor de Matemática¹⁶, tais experiências “foram boas”.

Quanto ao significado que têm para os professores o trabalho na zona rural.

Professor de C.F.B.¹⁷: Valorizar o lugar onde nasci, e resgatar os valores que estão se perdendo principalmente a identidade, ter a possibilidade de ajudar minha comunidade através da educação. **Professor de Matemática¹⁸:** Já trabalhei muito na zona rural pelo SOME, porem só trabalho pela questão financeira, pois são muitas dificuldades para chegar até na escola, não trabalho por opção minha aqui nessa localidade, e sim, por questões financeiras, assim que tiver uma oportunidade irei mudar para outra escola.

O relato do professor de C.F.B. retrata a vontade de poder dar um retorno e melhorar as condições de vida da comunidade, uma vez que este conseguiu superar as adversidades enfrentadas na trajetória acadêmica, no entanto, segundo Hage, (2004, p. 128):

Mesmo diante dessas várias dificuldades e lacunas, os alunos rurais que continuaram seus estudos avaliam, em seus depoimentos, sua formação como adequada. Mas o fato de alguns terem superado, ao menos em termos, as desigualdades de condições oculta o que, para a maioria, foi fator determinante para o abandono dos estudos (HAGE, 2004, p. 128).

Assim, entendemos que o caso em questão não ocorre com frequência, pelo contrário, são raros os alunos que conseguem chegar aos anos finais do ensino fundamental, para cada

¹³ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

¹⁴ Entrevista com professor CFB, concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

¹⁵ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Entrevista com professor CFB, concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

¹⁸ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019

2,4 vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, existe apenas uma vaga nos anos finais; e para cada 5,2 vagas nos anos finais do Ensino Fundamental, existe apenas uma vaga no Ensino Médio (MEC/INEP, 2011), o que demonstra quão desigual e excludente continua sendo o processo de escolarização, especificamente em relação aos seguimentos empobrecidos e populares do campo no Pará (Hage e Cruz, 2015, p. 8)

Em relação ao significado de educação do campo os professores demonstraram ter pontos de vista diversos:

Professor de C.F.B.¹⁹: Significa muitas coisas boas, e também ruins, pois faz muito tempo que trabalho nessa localidade e vejo que nada mudou, os alunos continuam sem salas de aula, a falta de professor ainda é constante, por outro lado fico feliz em ver que muitos que estudaram aqui nessa escola que tive o privilégio de dar aula, hoje estão formados e alguns atuando como professores nessa escola. **Professor de Matemática**²⁰: A educação rural pra mim significa uma educação muito fraca, que está indo cada vez pior, e se os governantes não olharem para essa questão, pode até acabar.

Quando perguntados se acreditam que haja alguma diferença entre o ensino na zona urbana e zona rural, se sim, quais são essas diferenças, ambos apontaram a falta de professores como um problema constante:

Professor de C.F.B.²¹: Sim, na questão de currículo não há, é o mesmo tanto para a escola rural quanto para a urbana, o que diferencia é a falta de professor, a falta de recursos para se trabalhar na escola. **Professor de Matemática**²²: Sim, nas escolas do campo já trabalho há 15 anos, e o que vejo muito é a falta de professores, o que dificilmente acontece, nas escolas urbanas que tem professor até brigando por causa de vaga. E isso com certeza até desestimula os alunos a vir pra escola.

A inadequação do currículo, problema que também foi apontado por um dos professores é outro agravante na educação rural, para Silva (2006, p. 29), o currículo está diretamente ligado às relações de poder. Segundo o autor:

O currículo é a expressão das relações sociais de poder. Por outro lado, apesar de seu aspecto contestado, o currículo ao expressar essas relações de poder, ao se apresentar, no seu aspecto “oficial”, como representação dos interesses do poder, constitui identidades individuais e sociais que ajudam a reforçar as relações de poder existentes, fazendo que os grupos subjugados continuem subjugados. O currículo está, assim, no centro de relações de poder. Seu aspecto contestado não é demonstração de que o poder não existe, mas apenas de que o poder se realiza exatamente conforme suas intenções (SILVA, 2006, p. 29).

¹⁹ Entrevista com professor CFB, concedida a Thayress André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

²⁰ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

²¹ Entrevista com professor CFB, concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019

²² Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

Assim, a atuação de muitos professores é comprometida pela inadequação do currículo. Nesse sentido, visando entender se os professores têm procurado adequar as atividades para o contexto rural, fora perguntado se utilizam algum recurso metodológico que aproxime os conteúdos programáticos à realidade dos estudantes.

Professor de C.F.B.²³: Não, já trabalhei no ensino fundamental menor, mas no maior não.

Professor de Matemática²⁴: Já tentei usar essa metodologia, porém é muito complexo trabalhar dessa forma. Hoje não trabalho mais.

Desse modo, fica claro que a inadequação do currículo tem contribuído para a manutenção de relações de poder, que contribuem para a defasagem do sistema educacional, uma vez que o que ocorre é uma verdadeira imposição de conhecimentos ao serem ignoradas as necessidades e os interesses do mundo rural.

Quanto à questão da participação dos professores em formações específicas (de parte do município ou coordenação escolar) para adequação do currículo implementado na zona rural, de acordo com as respostas, os entrevistados demonstraram não ter participação ativa em tais atividades.

Professor de C.F.B.²⁵: Sim, a formação continuada, o PINAC, eles ensinaram para os professores como aproveitar as informações que os alunos já trazem da casa. Mas é raro acontecer essas formações.

Professor de Matemática²⁶: Não tem, ainda não participei.

A falta de apoio por meio das secretarias de educação é um problema recorrente enfrentado nas escolas do campo, de acordo com (HAGE, 2006, p. 4):

No meio rural, os sujeitos se ressentem do apoio que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação deveriam dispensar às escolas, sentindo-se discriminados em relação às escolas da cidade, que assumem prioridade em relação ao acompanhamento pedagógico e formação dos docentes. Os gestores públicos justificam a ausência de acompanhamento pela falta de estrutura e pessoal suficiente para realizar a ação (HAGE, 2006, p. 4).

Decerto, a formação continuada é de suma importância na atuação do professor, principalmente para aqueles que atuam há muitos anos e em áreas nas quais são evidenciadas

²³ Entrevista com professor CFB, concedida a Thayress André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

²⁴ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

²⁵ Entrevista com professor CFB, concedida a Thaís André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

²⁶ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019

maiores dificuldades, justamente para que o ensino não se pautasse nas práticas tradicionalistas de transmissão do saber. Referindo-se a essa questão, Freire (2005, p. 68) postula que:

Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de “experiência feita” para ser de experiência narrada ou transmitida. Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (FREIRE, 2005, p. 68).

No entanto, como o professor buscará o aprimoramento de suas práticas se vive uma realidade tão desestimulante, a qual dificulta a produção de diferenciados planos de ensino e avaliação para a turma (Hage, 2006). Diante dos estressantes desafios enfrentados diariamente e das exigências, muitos destes profissionais encontram-se sobrecarregados. Assim, o estresse profissional é também percebido como resultante das condições laborais e individuais, uma vez que as exigências impostas ao professor ultrapassam sua capacidade de lidar com elas (ROSS, & ALTMAIER, 1994, citados por Gomes, & Pereira, 2008).

Tal estresse é evidenciado quando perguntei sobre as perspectivas de futuro escolar dos alunos da zona rural, uma vez que deixam claro que estão extremamente descontentes com a situação atual:

Professor de C.F.B²⁷: Mudança, pois do jeito que está não pode ficar, precisa ter mais interesse da parte dos professores e também alunos.

Professor de Matemática²⁸: Na verdade, não vejo um bom futuro, pois o governo não tem interesse em investir na educação rural e sim tem interesse em acabar, não vejo também esse interesse nesses alunos em estudar.

Antes de comentarmos sobre o futuro escolar da zona rural, daremos voz aos alunos. Os quatro estudantes entrevistados residem na Ilha Arumanduba, destes, dois estudam na Escola Nossa Senhora da Paz e dois já estudaram, porém atualmente frequentam escolas na cidade sede, uma vez que estão no ensino médio e tal modalidade não é ofertada na localidade. Quando perguntados sobre como se locomovem até a escola, todos disseram ir de barco.

Em relação à vida acadêmica, os alunos que atualmente estudam na zona rural disseram ter estudado somente nessa escola:

Aluno C:²⁹ Eu sempre estudei nessa escola, só que no meio do ano, minha mãe vai me colocar pra estudar na escola de Abaetetuba, onde meu irmão estuda, porque pra lá é melhor.

²⁷ Entrevista com professor CFB, concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

²⁸ Entrevista com professor de Matemática. Concedida a Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

Aluno D:³⁰ Desde que comecei estudar é nessa escola que estudo.

O anseio por estudar nas escolas urbanas é muito comum entre os alunos da localidade, uma vez que devido aos graves problemas que enfrentam no ensino do campo, resulta na intensificação da migração campo-cidade; e o fortalecimento de uma concepção urbanocêntrica de mundo que generaliza a ideia de que o meio urbano é superior ao campo (HAGE, p. 4).

Quando perguntados sobre o que representa a educação através dessa escola, os alunos disseram não ser a melhor, porém sabem que é o único meio de desenvolverem seus conhecimentos:

Aluno C:³¹ Representa uma educação não muito boa, porque eu não aprendo direito, as aulas são muito rápidas.

Aluno D:³² A escola é a única oportunidade que eu tenho de aprender e me desenvolver, é nela que aprendo muitas coisas boas.

Assim, mesmo diante das inúmeras dificuldades, as escolas do campo rurais, possuem sua valoração para aqueles que delas participam e necessitam, segundo Hage (2006, p. 5), tais instituições

Oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação de suas identidades culturais, não fossem todas as mazelas que envolvem sua dinâmica educativa (HAGE, 2006, p. 5).

Dentre os inúmeros fatores limitadores destacam-se a precariedade da estrutura física, as dificuldades de transporte, as longas distâncias percorridas. Quanto às maiores dificuldades encontradas pelos alunos da escola rural, segundo eles, a falta de professores é a que mais afeta o ensino:

Aluno C:³³ A dificuldade é que a maioria dos professores moram na cidade, e chegam muito atrasados e as vezes nem vêm. Às vezes, nós ficamos sem aula dois dias na semana, porque tem disciplina que não tem professor ainda.

Aluno D:³⁴ Os professores serem mais frequentes nas aulas, e chegar mais cedo, uma vez nós tivemos só 15 minutos de aula, por causa do atraso deles, isso dificulta muito.

²⁹ Entrevista com aluno C, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

³⁰ Entrevista com aluno D, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

³¹ Entrevista com aluno C, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

³² Entrevista com aluno D, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

³³ Entrevista com aluno C, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

³⁴ Entrevista com aluno D, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

A falta de professores é um problema constante na maioria das escolas rurais, muitas vezes isso ocorre devido à dificuldade que os estes enfrentam para chegar às escolas. Segundo Hage (2004, p. 98), para evitar tais problemas e

Para facilitar ainda mais, tanto em Santarém quanto em Marabá, os professores moram quase que todos nas comunidades onde trabalham. Mesmo aqueles que são da cidade, quando assumem o trabalho em determinada comunidade, a prefeitura negocia com as pessoas do local para ceder um lugar onde esse professor possa morar, justamente para não atrapalhar o andamento das aulas (HAGE, 2004, p. 98).

As alunas das escolas urbanas, não sofrem com a falta de professores, mas também enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte escolar e ao preconceito que sofrem por conta de seu lugar de origem:

Aluna A:³⁵ A maior dificuldade é o transporte escolar e também a forma como sou vista na escola, tem alguns da sala tem preconceito comigo, somente pelo fato de eu morar no interior.

Aluna B:³⁶ Uma das maiores dificuldades que sinto é o transporte escolar, pois frequentemente os rabeteiros ficam sem receber, e entram em greve, com isso fico impossibilitada de ir estudar. Sobre preconceito, já sofri bastante, pois as vezes os colegas ficam encarnando porque eu moro no sítio.

Tal preconceito é fruto de todo um sistema que não valoriza o campo como um espaço de desenvolvimento e possibilidades, tal pensamento acabam por serem interiorizados pelos alunos, chegando a criar certo conformismo, uma vez que se propaga ideologicamente, por meio das diferentes práticas educativas desenvolvidas na escola. De acordo com as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002, p. 05):

Alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende desaparecer, em tempos próximos, em face do inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Também as políticas educacionais, ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural como adaptação reforçam essa concepção. (BRASIL, 2002, p. 05)

Mesmo diante dos problemas com o transporte e com o preconceito, quando perguntei se a melhor educação é da escola rural ou zona urbana, ambas responderam que é a da cidade:

³⁵ Entrevista com aluna A, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

³⁶ Entrevista com aluna B, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

Aluna A³⁷: Na minha opinião a melhor educação é da zona urbana, porque na escola urbana dificilmente falta professores, e na zona rural esse problema é bastante frequente, além de ter poucos professores os que tem ainda faltam muito.

Aluna B³⁸: Na zona urbana. Porque na zona rural existe muito a falta de professores e também os horários são muito reduzidos, isso atrapalha muito os estudos. Na cidade não faltam professor e as aulas começam no horário certo.

Assim, fica evidente que mesmo com as péssimas condições estruturais, dentre outros problemas, a falta de professores é um dos fatores decisivos que levam os alunos do campo a irem estudar na cidade. A zona urbana é sempre mais assistida e recebe maior atenção por parte das políticas públicas, com escolas bem mais estruturadas e professores mais qualificados.

Quando perguntei aos alunos da escola rural se durante as práticas de ensino os professores têm utilizado recursos da realidade local (como a natureza, águas, agricultura etc.) para ajudar na compreensão, o Aluno C disse que “não, só usamos os assuntos que o professor tira do livro” e o Aluno D “não, nós só usamos as apostilas e livros que o professor traz e nesses livros não tem exemplos que usa coisas daqui do sitio. Desse modo, o ensino no campo têm sido comprometido. Para Hage (2005, p. 221):

A educação do campo tem sido desassistida em qualquer nível de ensino, no que tange a assessoramento das redes públicas municipais, possui escassez de materiais didáticos, falta livros didáticos contextualizados e em perspectiva interdisciplinar, os docentes não possuem um programa de formação continuada permanente e com reflexo em suas práticas educativas (HAGE, 2005, p. 221).

Desse modo, fica claro que o ensino no campo segue os moldes currículo do urbano, para delinear os quais as diferenças mais evidentes entre tais ensinos, perguntei se na opinião das alunas da escola urbana há diferença entre o ensino do interior e da cidade.

Aluna A³⁹: Sim, porque o ensino na cidade é muito mais complexo que no interior as disciplinas são muito mais difíceis, os horários de aula são maior que no sitio, eu não estava acostumada com esse horário, no começo estranhei muito, mas já me acostumei.

Aluna B⁴⁰: Sim, pois o ensino na cidade é mais avançado, os assuntos estudados são muito difíceis, os horários de aula são muito maior.

³⁷ Entrevista com aluna A, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

³⁸ Entrevista com aluna B, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

³⁹ Entrevista com aluna A, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

⁴⁰ Entrevista com aluna B, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

Assim sendo, fica evidente o comprometimento nas escolas urbanas é bem maior em relação ao horário das aulas e à assiduidade dos professores, o que como já discutido, não ocorre nas escolas do campo, o que demonstra que existem padrões bastante distintos de escolaridade e/ou assiduidade, o que contribui para o senso comum de que o ensino rural é inferior ao da zona urbana.

Diante desse contexto, voltamos à questão das perspectivas para o futuro educacional, assim, perguntamos aos alunos da escola rural que esperam que estudo lhes traga futuramente

Aluno C: Quero que me traga um bom trabalho, por isso vou estudar pra cidade, porque lá a mamãe disse que o estudo é melhor, quero fazer faculdade e ser um engenheiro.

Aluno D⁴¹: Através desse estudo, espero que eu seja um ótimo aluno no futuro, e que eu possa me formar em medicina.

Logo, diferentemente do que os professores pontuaram sobre o desinteresse dos alunos pelos estudos, os estudantes que participaram da pesquisa demonstraram ter interesse em dar continuidade aos estudos, uma vez que sabem que esse é um dos meios para obterem uma vida melhor, no entanto, assim como os professores, não acreditam que o atual ensino oferecido na localidade seja suficiente para lhes ajudar a alcançar seus objetivos. Assim sendo, para Hage (2005):

A escola é o único meio de formação. Por sua vez, a escola consiste em um espaço que “expulsa” as pessoas do campo, na medida em que não valoriza o campo, não defende o campo enquanto um lugar de vida, de trabalho, de produção, de cultura, não reconhece sua importância. As crianças e jovens [...] não são educados para permanecerem no campo. O estudo é visto como uma maneira de mudar de vida, de melhorar, de sair do campo (HAGE, 2005, p. 253).

Entendemos assim, que são inúmeros os fatores que contribuem para a precariedade do ensino no campo, tal como as condições estruturais das escolas e as condições de trabalho dos professores do campo, o que obriga os alunos a saírem de suas comunidades para estudarem nas escolas urbanas, onde recebem o ensino melhor, porém como nas escolas rurais, desvinculados aos saberes do contexto campestre. Nesse sentido, fica nítida a necessidade da luta por uma educação do campo e no campo, para garantir o direito que o aluno ribeirinho tem de educação de qualidade na localidade em que reside.

⁴¹ Entrevista com aluno D, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

Além das questões estruturais, a escola também sofre com a falta de professores o que compromete o ensino, que se comparado com o oferecido nas escolas urbanas, tem um horário bem reduzido. Assim sendo, para que haja uma educação de qualidade, é necessário que o corpo docente esteja completo, com professores que possuam a formação adequada para ministrar aulas que respeitem a realidade dos alunos.

No entanto, mesmo que os professores tenham forte vínculo com o campo, vale salientar que isso não é suficiente para que seja oferecido um ensino que esteja de acordo com a vivência dos alunos, uma vez que ainda que haja interesse do professor, o ambiente bem como um currículo adequado serão fundamentais para que os alunos realmente possam progredir em suas aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, é evidente que mesmo que a educação seja um direito garantido pela Constituição Federal, nem todas as pessoas têm acesso a um ensino de qualidade, principalmente se tratando dos povos do campo, uma vez que é muito comum que determinadas localidades não tenham sequer um prédio próprio para as atividades educacionais, como é o caso da comunidade do Rio Arumanduba.

Assim, por meio dessa pesquisa foi possível vislumbrar quais são alguns dos fatores que vem contribuindo para a migração dos alunos do campo para as escolas da cidade. Tal fato é um reflexo do descaso das autoridades públicas com a educação do campo. E devido a questões políticas tais problemas permanecem por certo comodismo da comunidade, que mesmo entendendo que tudo o que fora conquistado na localidade em relação aos serviços públicos de educação e saúde foi por meio da luta dos movimentos sociais, no entanto, atualmente não se organizam para reivindicar melhorias, uma vez que a obra da escola não tem previsão para ser concluída. De certo, se a comunidade se unisse, haveria mudanças.

Por meio das entrevistas, foi evidenciado que um dos principais problemas enfrentados pela comunidade da Escola Nossa Senhora da Paz estão relacionados com a estrutura do “prédio escolar” e com a falta de professores, comprometendo diretamente o ensino. Tais problemas demonstram a negligência do poder público para com o povo e educação do campo. Partimos da premissa que a garantia de uma formação continuada para os cidadãos residentes do campo pode contribuir para amenizar problemas relacionados tanto com a falta quanto com o atraso de professores. Uma vez que assim estes não terão tantas dificuldades para conseguir chegar à escola, podendo cumprir adequadamente o horário das aulas, bem como primarão pela adequação ao currículo adequado ao contexto da localidade.

Diante dessa realidade e como futura licenciada em Educação do Campo, curso este que me oportunizou entender que efetivar mudanças tanto nas escolas quanto na atuação do professor não é uma tarefa simples, é necessário que sejam revistos, dentre outras questões, a qualificação, bem como o planejamento das atividades, almejando que estas estejam de acordo com a realidade na qual o profissional de educação está inserido.

Além disso, é de suma importância que o campo se torne um lugar atrativo em termos profissionais, pois muitos ex-alunos da comunidade são formados em LEdoC, mas não têm interesse em retornar para comunidade, uma vez que não querem mais viver a dura realidade que a escola enfrenta tanto em questões estruturais quanto na contratação dos funcionários, visto que atualmente os vínculos empregatícios estão diretamente atrelados ao

assistencialismo político. Portanto, faz-se necessário que tais vagas sejam ofertadas em concurso público específico para quem tem a formação adequada para atuar no campo em quantidade suficiente para atender a demanda das escolas.

Decerto, tais mudanças contribuirão para as perspectivas de permanência e de um futuro educacional na zona rural, uma vez que isso depende de melhorias no sistema como um todo, visando, dessa forma que os alunos dessas localidades não precisem recorrer às escolas urbanas para terem seu direito à educação de qualidade. E ao terem contato com professores que já estudaram na localidade, sejam motivados os jovens a seguirem uma carreira que traga retorno para a comunidade, dando continuidade no desenvolvimento da mesma.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, T. O; GAMINI, R. N. **Revolução Verde e a Apropriação Capitalista**. CE S Revista , v.21. Juiz de Fora, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: **Por uma educação do campo**. (Org) Mônica Castagna Molina. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas**. In: MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

_____. **Fracasso-Sucesso: O peso da cultura escolar e do ordenamento**.

BARROS, L.; LIHTNOV, D. **Reflexões sobre a educação rural e do campo: as leis, diretrizes e bases do ensino no e do campo no Brasil**. Geographia Meridionalis - revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas v. 02, n. 01 Jan-Jun/2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional da Educação do Campo – Caderno de Subsídios**. Brasília, 2004.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, 3 de abril de 2002.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. da educação básica. **Em Aberto**. Brasília, a. 11, n. 53, jan./mar. 1992. **Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA; Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.

GOMES, R. M. S.; PEREIRA, A. M. S.. **Estratégias de coping educadores de infância portugueses**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12 (2), 319-326. 2008.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; CRUZ, Carlos Renilton. **Movimento de educação do campo na amazônia paraense: ações e reflexões que articulam protagonismo, precarização e regulação.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – UFSC – Florianópolis. 2015.

HAGE, Salomão M. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará** - Belém: Grafica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

_____. **Comunica multissérie.** Belém, Pará; Ano I, n. 1, fev. 2004.

LISBOA, Rose Suellen. **Guia [de] elaboração de trabalhos acadêmicos.** 2. ed., rev., ampl. e atual. — Belém : Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central, 2019.

MENEZES-NETO, Antônio Júlio. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** **Caderno CRH,** Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio-ago., 2007.

MOLINA , Mônica Castagna. **Contribuições das licenciaturas em educação do campo para as políticas de formação de educadores.** *Educ. Soc., Campinas,* v. 38, nº. 140, p.587-609, jul.-set., 2017.

OLIVEIRA, L. F. **Histórias da África e dos africanos na escola: as perspectivas para a formação dos professores de história quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2010. In MOREIRA, Antonio Flavio; JÚNIOR, Paulo Melgaço da Silva. **Currículo, Transgressão e Diálogo: quando outras possibilidades se tornam necessárias.** *Revista Tempos e Espaços em Educação,* São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 18, p. 45-54, jan./abr. 2016.

PACHECO, José Augusto Pacheco; SOUSA, Joana. **O (pós) crítico na Desconstrução Curricular.** *Revista Tempos e Espaços em Educação.* São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 18, p. 65-74, jan./abr. 2016.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná.** São Paulo: Annablume, 2006.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** In: ANPAE, 2007, Ri Grande do Sul. *Cadernos ANPAE.* Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Luta e Perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000.** 229f. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SILVA, Amarilzo Barreto e GONÇALVES, José Roberto Ferreira. **Mudanças de paradigma social dos moradores do Arumanduba (Ilhas De Abaetetuba).** In: ANPAE, 2010, Ri Grande do Sul. *Cadernos ANPAE.* Rio Grande do Sul: UFRGS. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** Antonio Flávio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu da Silva (Orgs.). 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009. (p. 33-45).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

<https://www.google.com.br/maps/place/Abaetetuba+-+PA,+68440-000/@-1.7383059,-49.1226834,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x92a3454bfe8e1137:0xab7887ca28b4db9e!8m2!3d-1.7253096!4d-48.8797998> data de acesso: 14 de abril de 2019.

Lista de Entrevistados:

Entrevista com professor CFB, concedida a Thaís André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

Entrevista com professor de Matemática, concedida a Thaís André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 11 de junho de 2019.

Entrevista com aluna A, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

Entrevista com aluno B, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

Entrevista com aluno C, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

Entrevista com aluna D, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, 28 de maio de 2019.

Entrevista com Maria de Paula Barreto, coordenadora da comunidade do Rio Arumanduba, concedida à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, maio de 2019.

Ângela Maria Quaresma, secretária da escola Nossa Senhora da Paz, à Thayres André, Rio Arumanduba, zona rural do município de Abaetetuba, de maio de 2019.